

Sem acordo com FMI, País pode atrasar pagamentos, diz Mailson

por Jurema Baesse
de Brasília

A missão enviada pelo governo brasileiro aos Estados Unidos terá o objetivo principal de negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo de curtíssimo prazo, que dure pelo menos até a posse do novo governo, segundo informação dada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na última sexta-feira. Será colocado aos credores, enfatizou, que "se não entrarem os recursos externos nós vamos nos financiar de qualquer forma, e nos financiaremos por atraso nos pagamentos".

Segundo o ministro, a orientação dada ao diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, e ao titular da Secretaria de Assuntos Internacionais, Sérgio Amaral, que estão em Washington, é no sentido de "apresentar os últimos dados da economia, explicar

a centralização cambial e deixar claro que não temos nenhum programa de decretação de moratória. Contudo, deixaremos também claro", insistiu, "que vamos preservar o nosso nível de reservas, e que isso não é importante só para o País. É também importante para os credores que não gostariam que os seus clientes estivessem com a vida desorganizada."

O ministro entende que é fundamental distinguir as causas e a forma como o País interrompeu os seus pagamentos aos credores. "Há uma diferença entre atrasar pagamentos por uma ação legítima, cautelar de preservação de reservas, e outra de atrasar pagamentos por uma ação de confrontação." Segundo comparou, é como o inquilino de um imóvel que deixa de pagar momentaneamente porque está sem recursos e explica isso ao proprietário do imóvel. Seria diferente se "o inquilino

agredisse o proprietário e dissesse que não iria pagar o aluguel porque não queria".

Ao ser indagado sobre a compreensão dos credores com relação à posição brasileira, o ministro da Fazenda afirmou que "até agora não temos tido nenhum sinal de incompreensão, ou de retaliação". Segundo ele, "estamos conversando permanentemente com os nossos credores, e de maneiraativa e civilizada."

No entendimento do ministro, esta decisão do governo Sarney é interessante para os presidenciáveis. "É muito melhor assumir um governo que tenha reservas cambiais", assinalou, "seria muito pior se nem tivesse reservas nem estivéssemos conseguindo pagar os juros." O Brasil, acentuou, tem um programa de ação, tem uma projeção para o seu balanço de pagamentos que prevê US\$ 16 bilhões de superávit co-

mercial, entrada de renda do FMI e Banco Mundial e também dos bancos privados, e está com um nível prudente de reservas, que evita intransquilidade dos mercados. "O governo", argumentou, "está contando com um volume de recursos para financiar os pagamentos que tem que fazer e com isso chegar ao nível de reservas que ele quer."

Contudo, entende o ministro, se os recursos não entrarem a partir de determinado ponto, é legítimo para qualquer país preservar o seu nível de reservas, e é isso que está sendo feito.

Essa preservação das reservas é que vai guiar a negociação da dívida brasileira daqui para a frente. A conversão da dívida, assinalou, é um mecanismo que só deverá voltar no próximo governo. "Por enquanto, não temos condição de prosseguir com as conversões."